

# ÉRETA







1. A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) inclui entre suas medidas o atendimento policial e pericial especializado, preferencialmente realizado por servidores do sexo feminino.



02. Na legislação de crimes ambientais, Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, as penas restritivas de direitos aplicáveis a pessoas jurídicas incluem a interdição temporária de direitos, como a proibição de contratar com o Poder Público e de receber incentivos fiscais.



03. De acordo com a Lei Maria da Penha, a violência doméstica e familiar contra a mulher é exclusiva das relações heterossexuais.



04. A Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) inclui entre suas medidas o atendimento policial e pericial especializado, preferencialmente realizado por servidores do sexo feminino.



05. Todo cidadão que deseja adquirir uma arma de fogo de uso permitido deve comprovar a efetiva necessidade desse equipamento, além de idoneidade e capacidade técnica e psicológica para possuir um armamento.



06. Na legislação brasileira, a competência para julgar processos judiciais decorrentes de infrações ambientais pode ser tanto da justiça federal quanto da estadual, dependendo da localização do dano e se os interesses afetados são de âmbito regional ou nacional. A justiça federal é competente quando o dano ambiental envolve bens, serviços ou interesses da União, conforme estabelecido na Constituição Federal e detalhado na Lei nº 9.605 de 12 de fevereiro de 1998, conhecida como Lei de Crimes Ambientais



07. Acerca da legislação de trânsito, julgue o item.

Compete aos órgãos e às entidades executivos de trânsito dos municípios, no âmbito de sua circunscrição, implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias.



08.Com relação às normas gerais de circulação e conduta estabelecidas pelo CTB, julgue o item.

Quando dois veículos, trafegando por fluxos que se cruzem e se aproximando de uma rotatória não sinalizada, o veículo que já estiver circulando na rotatória terá preferência.



09. Acerca das normas relacionadas à habilitação para dirigir veículos automotores, julgue o item.

A habilitação de categoria E é destinada ao condutor de combinação de veículos em que a unidade tratora se enquadre nas categorias B, C ou D, e a unidade acoplada, como reboque, semirreboque, trailer ou articulada, possua peso bruto total de 6.000 kg ou mais, ou cuja capacidade de lotação exceda a 8 lugares.



10. Julgue o item que se segue.

Nas rodovias de via dupla rurais sem sinalização, apenas os veículos e caminhões devem respeitar a velocidade máxima de 110 km/h.

CERTO() ERRADO()





## GUARDA CAMARAGIBE-PE





15 de junho



8h às 17h30



Auditório da FAFIRE

## **PROGRAMAÇÃO**

8h Língua Portuguesa Renato Bezerra

8h40 Ética no Serviço Público

Isaquel Silva

9h Informática

Marcos Guiamarães

9h30 Raciocínio Lógico-Matemático Douglas de Souza

10h30 Direito Administrativo

Viviane Maia

11h30 Direito Constitucional

Viviane Maia

<u>12h Intervalo para o almoço</u>

13h Direito Penal Júlio Cezar Matos

13h50 Direitos Humanos

Rafael Borba

14h30 Processual Penal

Emmanoel Thadeu

15h10 Legislação Extravagante & Trânsito 1

Emmanoel Thadeu

16h10 Legislação Extravagante & Trânsito 2

Mércio Buanafina

17h Segurança Pública Municipal

Matheus Barbosa

Humanos Rafael Borba



11.Conforme a Lei n.º 9.503/1997, julgue o item.

As penalidades de suspensão do direito de dirigir e de cassação do documento de habilitação serão aplicadas por decisão fundamentada da autoridade de trânsito competente, em processo administrativo, assegurado ao infrator amplo direito de defesa.



12.A partir das disposições da Lei n.º 13.869/2019, acerca do abuso de autoridade, e da Parte Geral do Código Penal, julgue o item que se segue.

Se a ação penal pública não for proposta no prazo legal, admite-se ação privada, devendo ser interposta pelo ofendido em seis meses decadenciais, contados da data em que se esgotar o prazo para oferecimento da denúncia.



13.A respeito da Lei n° 11.343/2006 e da Lei n° 10.406/2002, julgue o item.

As plantações ilícitas serão imediatamente destruídas pelo delegado de polícia, na forma da lei.



## PRAZO PARA DESTRUIÇÃO DA DROGA

PLANTAÇÕES ILÍCITAS (art. 32)	COM ou SEM prisão em flagrante	Imediatamente
DROGAS APREENDIDAS (art. 50, § 4°)	COM prisão em flagrante	15 dias
DROGAS APREENDIDAS (art. 50-A)	SEM prisão em flagrante	Prazo máximo de 30 dias



14.Com base na Lei n.º 12.850/2013, que trata do crime organizado, julgue o item subsequente.

A ação controlada será previamente comunicada, com distribuição sigilosa, ao juiz competente, que estabelecerá os limites e comunicará ao Ministério Público.



"Consiste a ação controlada em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa ou a ela vinculada, desde que mantida sob observação e acompanhamento para que a medida legal se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e obtenção de informações.

- § 1º O retardamento da intervenção policial ou administrativa será previamente comunicado ao juiz competente que, se for o caso, estabelecerá os seus limites e comunicará ao Ministério Público.
- § 2º A comunicação será sigilosamente distribuída de forma a não conter informações que possam indicar a operação a ser efetuada."



15.Com base na Lei n.º 12.850/2013, que trata do crime organizado, julgue o item

Agente policial não será punido por ter cometido condutas criminosas e eventuais excessos durante sua infiltração, por haver expressa previsão legal de que não há crime nessa situação.



Art. 10-C. Não comete crime o policial que oculta a sua identidade para, por meio da internet, colher indícios de autoria e materialidade dos crimes previstos no art. 1º desta Lei.

Parágrafo único. O agente policial infiltrado que deixar de observar a estrita finalidade da investigação responderá pelos excessos praticados.



#### 16Julgue o item a seguir.

O Estatuto da Igualdade Racial (Lei nº 12.288/2010) estabelece que ações afirmativas e políticas públicas de inclusão devem ser direcionadas exclusivamente para a população negra, sem considerar outras minorias étnicas no Brasil.



17. No que se refere ao catálogo de direitos humanos e à sua efetivação, julgue o item a seguir, à luz da legislação aplicável e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

Um dos objetivos da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra é o fomento à elaboração de estudos e pesquisas relativos ao racismo e à saúde da população negra.



Art. 8 Constituem objetivos da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra:

(...)

III - o fomento à realização de estudos e pesquisas sobre racismo e saúde da população negra;



18.Acerca dos dispositivos e conceitos legais previstos na Lei federal n.º 12.288/2010 (Estatuto Nacional da Igualdade Racial) e na Lei estadual n.º 13.694/2011, julgue o item a seguir.

A modalidade de cotas para garantir o acesso da população de cor preta ao ensino superior, em âmbito estadual ou federal, é exemplo de ação afirmativa, baseada no princípio da igualdade.



#### 19. Julgue o item a seguir.

De acordo com a Lei nº 8.072/1990, os crimes de latrocínio, extorsão qualificada pela morte, e extorsão mediante sequestro são considerados hediondos, não sendo passíveis de fiança ou liberdade provisória.



20.Com base nas Leis n.º 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), n.º 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos), n.º 9.455/1997 (Lei de Tortura) e n.º 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), julgue o itema seguir.

Se uma pessoa for ré em processo criminal por ter praticado suposto crime considerado hediondo, a ela será insuscetível a concessão de fiança, mas, na sentença condenatória, o juiz decidirá, de forma fundamentada, se o réu poderá apelar em liberdade.



# ÉRETA



